

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2010
(Do Sr. João Dado)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda a respeito do impacto sobre a arrecadação federal da concessão de dedução do imposto de renda pessoa física-IRPF.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a. com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115, 116 e 226 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que possa ser avaliado, de forma mais precisa, o impacto na arrecadação federal da concessão de dedução na base de cálculo do imposto de renda pessoa física-IRPF das despesas com atividades de educação física do contribuinte, **realizadas em virtude de prescrição médica**. Dessa forma, listamos abaixo alguns quesitos cujas respostas achamos necessárias para maior esclarecimento do assunto.

1. Qual foi o valor total das deduções com despesas médicas informadas nas declarações de IRPF no ano de 2009 ?
2. Qual foi o valor médio por contribuinte da dedução citada acima ?
3. Qual seria a renúncia de receita estimada se fosse possível para os contribuintes, que informaram despesas médicas em suas declarações, deduzir as

despesas com atividades de educação física próprias e/ou dos seus dependentes, realizadas em virtude de prescrição médica, até o montante anual individual de:

- R\$ 500,00
- R\$ 1.094,00
- R\$ 1.200,00
- R\$ 1.500,00

4. Qual seria a renúncia de receita estimada se fosse possível que todos os contribuintes deduzissem as despesas com atividades de educação física próprias e/ou dos seus dependentes nos limites acima especificados, independentemente de serem decorrentes de prescrição médica ou não.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 7.017, de 2006, pretende incluir entre as deduções da base de cálculo do IRPF as despesas com atividades de educação física, até o montante anual individual de R\$ 1.094,00, realizadas em estabelecimentos regularmente habilitados.

Argumenta o autor da matéria que o controle e a prevenção de doenças podem ser facilitados por meio do exercício regular e adequadamente administrado.

Apesar de concordar com a opinião do nobre Deputado, antes da análise do mérito da matéria, temos o dever de avaliar sua adequação financeira e orçamentária. Contudo, para isso necessitamos de maiores informações sobre o impacto da medida na arrecadação tributária. Assim sendo, é importante que sejam respondidos os quesitos formulados acima.

Destacamos que por se tratarem de informações consolidadas, sem a mínima possibilidade de identificação de algum contribuinte, não há ofensa ao sigilo fiscal.

Isto posto, encaminhamos este requerimento com intuito de obter as informações solicitadas, fundamentais para a análise correta da matéria em apreciação na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado JOÃO DADO